

	<b>Autor:</b>	<b>Luísa Pinto</b>
	<b>Data:</b>	<b>Sábado, 26 de Janeiro de 2008</b>
	<b>Pág.:</b>	<b>Capa+39</b>
	<b>Temática:</b>	<b>Economia</b>

# **Governo quer acabar com escritura pública**

O Governo tem a intenção de generalizar a isenção de escritura pública para a realização de transacções de imóveis. Nestes negócios passará a ser exigido apenas documento particular que será posteriormente autenticado. Os notários dizem que esta isenção de escrituras públicas vai ser "a machadada final" na classe e na sua actividade.

**Transacções. Isenção de escritura pública generaliza-se**

## **Compra e venda de imóveis vai ficar à margem dos notários**

**Proposta de lei generaliza transacções por documento particular. Governo promete audição pública em véspera de reunião de protesto dos notários**

O Governo pretende generalizar isenção de obrigatoriedade de escritura pública para a transacção de imóveis. Tal é possível desde 1993, mas é ainda um procedimento a que muitos poucos recorrem. Assim, todos os actos até agora públicos relacionados com a compra e venda de casas passam a ser concretizados por documento particular autenticado e posterior depósito em conservatória.

Trata-se de generalizar procedimentos que se aplicavam a diversos actos relacionados com a vida das empresas. Agora, são os cidadãos em geral os principais destinatários desta medida tomada no âmbito do processo de "simplificação, desmaterialização e desformalização" que o Ministério da justiça inscreveu no programa Simplex.

Contra o que consideram ser o "machadada final" dada a uma classe profissional que tem vindo a ser esvaziada de funções, os notários discutem hoje em plenário "as formas de luta" com que pretendem travar esta medida do Governo. Em declarações ao PÚBLICO, uma fonte do Ministério da justiça afirmou que existe um projecto de diploma que procede à simplificação transversal dos procedimentos do registo predial e dos actos conexos, mas é ainda prematuro falar das soluções que vão ser adoptadas. "Em breve [esse projecto] será remetido para um processo de audições, designadamente

da Ordem dos Notários, e só depois é que será aprovado em Conselho de Ministros", esclareceu a mesma fonte.

O PÚBLICO teve acesso a esse projecto, no qual pode ler-se que "deixarão de ser obrigatórias as escrituras públicas para a compra e venda ou para a constituição ou modificação de hipoteca voluntária que recaía sobre bens imóveis". A escritura pública deixa também de ser obrigatória para "a doação de imóveis, para a alienação de herança ou de quinhão hereditário e para a constituição do direito real de habitação periódica".

A ideia é adoptar um sistema de registo predial obrigatório, e permitir que todos aqueles actos possam ser realizados através de um documento particular autenticado. "As conservatórias, os advogados, os solicitadores e as câmaras de comércio e indústria já o podem fazer, com segurança acrescida", lê-se na proposta, onde se justifica que esta segurança acrescida é conferida pelo facto deste acto estar "dependente de um registo electrónico".

Com estas medidas eliminam-se, também, a competência territorial das conservatórias de registo predial: o acto de registo predial pode ser praticado em qualquer conservatória do país.

Em declarações ao PÚBLICO, o bastonário da Ordem dos Notários, Barata Lopes, afirmou que o Governo preparou esta medida legislativa nas costas destes profissionais, tendo contactado apenas advogados e solicitadores para a sua redacção. Barata Lopes considera que a intenção não é facilitar a vida dos cidadãos, ou permitir-lhes poupar os 150 euros que são cobrados pelos notários. "É a machadada final numa classe profissional. É apenas essa a intenção do Governo", afirmou Barata Lopes.

## **Tudo na hora**

A simplificação que tem vindo a ser levada a cabo pelo Ministério da Justiça passou pela criação de vários balcões de atendimento único, para permitir, a empresas e particulares, uma maior celeridade nos processos e o seu tratamento centralizado. Entre essas iniciativas destacam-se a Empresa na Hora, Marca na Hora, Associação na Hora, e a Casa Pronta. Esta última teve resposta quase automática dos notários, que ofereceram nos seus 350 balcões a iniciativa Casa Simples, Casa Segura.

O Ministério da Justiça sublinha que têm sido aquelas medidas que permitiram as afirmações do Comissário do Mercado Interno, Charlie McCreevy, no passado mês de Setembro - de que Portugal estava prestes a tornar-se "o benchmark europeu em matéria de redução de custos de contexto para as empresas".